

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do PCP tomou conhecimento da situação de Fernando Penida, trabalhador da Barraqueiro / Boa Viagem com a profissão de motorista.

No quadro da crescente degradação da liberdade de organização sindical e do crescente desrespeito pelos direitos dos trabalhadores e pela sua vida familiar, a empresa Barraqueiro mantém, há largos meses, uma situação de perseguição a este seu trabalhador.

O trabalhador em questão tem uma filha menor com que, na sequência de um processo de divórcio, e por decisão do Tribunal, apenas pode partilhar um fim-de-semana em cada quinze dias. Assim, o trabalhador tem as suas folgas fixas à sexta e sábado, razão pelo que solicitou à empresa que as transferisse para o sábado e domingo, explicitando as razões.

A empresa até precisa de trabalhadores nesse horário, e a comprová-lo está o facto de ter entretanto admitido trabalhadores para esse horário e ter para lá transferido outros.

Mas a empresa, ou algum cacique em seu nome, decidiu utilizar esta questão pessoal do trabalhador em questão para chantagear um dirigente sindical, recusando-lhe a troca de folgas a menos que este trabalhador abandonasse a direção do sindicato.

Se já seria lamentável que uma empresa – podendo – recusasse um pedido como o apresentado, o facto de utilizar o natural desejo de um pai de estar com os seus filhos para limitar os direitos de organização preconiza um comportamento inaceitável que exige a intervenção imediata das autoridades. Trata-se não apenas de um crime contra a liberdade de organização sindical, mas um atentado aos mais elementares direitos de um pai e uma filha.

Ora os meses passam e não se regista qualquer intervenção da ACT.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e em aplicação da alínea d), do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos ao Governo, através do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, o seguinte:

- Que medidas foram tomadas pela ACT face a esta queixa (e outras eventualmente existentes) contra a empresa Barraqueiro Transportes?

Palácio de São Bento, terça-feira, 9 de Junho de 2015

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)